

ANO

JUNTANDO FORÇAS (A PARTICIPAC. DOS G. NO MOV. NEGRO  
BRASILEIRO)

## O Renascimento dos Movimentos Negros após o Estado Novo

Joselina da Silva

### RESUMO

O objetivo deste texto é discutir a respeito de algumas estratégias organizativas empregadas pela UHC ( União dos Homens de Côr) em diferentes partes do território nacional através dos periódicos da imprensa negra. Desta forma, é nosso intento, evidenciar uma parte da história social e da memória coletiva do Movimento Negro Brasileiro expressa através da rede da UHC entre as décadas de quarenta e cinquenta.

Palavras - Chave : Movimento Negro – Movimento Social – Negros – Anti –racismo

As memórias das organizações negras podem tornam públicas as tecituras da vida de diversos grupos de negros que contribuíram para a formação do que hoje denominamos de Movimento Negro. O processo de desvendamento da trajetória de diferentes organizações vai deixando à mostra vários pontos de insurgência que demonstram a capacidade reativa dos negros diante do alijamento da sociedade. Embora muitas já hajam desaparecido, estas entidades tiveram papel preponderante no surgimento de dezenas de atuais ativistas e autoridades negras de expressiva participação política e social e, ao mesmo tempo, foram responsáveis pela construção de uma mentalidade anti racista, no Brasil. Portanto, entender as identidades negras no país, da forma como são manifestas no hoje, será uma tarefa melhor empreendida, se tivermos um olhar no passado - principalmente um passado recente - e assim observar as dinâmicas, as construções e as supostas rupturas havidas entre o ontem e o hoje.

O objetivo deste texto é fazer uma abordagem sobre as estratégias organizativas empregadas pela UHC ( União dos Homens de Côr) em diferentes partes do território nacional a partir dos anos quarenta, através dos periódicos da imprensa negra editados na época. Trata-se de uma apresentação inicial a ser posteriormente aprofundada no

Smi. II seminários Internacionais Educação Política, Gênero e Movimentos Sociais, 20

trabalho de doutorado, ora em desenvolvimento, que se propõe a evidenciar uma parte da história social e da memória coletiva dos negros organizados expressa através da rede da UHC entre as décadas de quarenta e cinquenta.

### **MOVIMENTOS SOCIAIS NEGROS : ALGUMAS REFLEXÕES**

Costa Pinto divide as organizações negras em tradicionais e de novo tipo. As associações tradicionais seriam, segundo ele, as de fundo religioso ao lado das culturais. As primeiras podiam ser católicas (as Irmandades de N.S. do Rosário e de S. Benedito dos Homens Pretos) ou de origem africana (macumba). As culturais seriam as congadas, as escolas de samba, a capoeira ou os clubes recreativos. Na atualidade da pesquisa, de Costa Pinto (anos cinquenta), registrava-se uma tímida ascensão social entre os negros, produto da urbanização e da integração do negro na economia industrial e de classe. Um proletariado negro se solidificava, surgido devido a três fatores principais: A industrialização do país, a entrada para o serviço público e o cessar da imigração estrangeira que permitiam maior valorização do trabalhador nacional.

Esta inclusão do negro no mercado de trabalho em maior escala - embora insuficiente - provocou demonstrações mais frequentes de racismo para com estes trabalhadores. Tais fatos contribuíram para promover, no país, a formação, do que Costa Pinto denomina de "associações de novo tipo", que segundo o autor teriam surgido a partir dos anos trinta" (PINTO, 1952). À mudança das relações entre negros e brancos - onde os primeiros haviam deixado de ser escravos e procuravam entrar na sociedade competitiva, pode ser atribuída a criação destes novos grupos. Seria então, de acordo com o autor - pertencente ao negro intelectual e urbano o crédito pela existência dessas associações provocadas por uma nova tomada de consciência.

Santos, por sua vez, observa uma dicotomia de opiniões no interior do movimento negro a respeito de sua auto identificação, no que se refere ao seu caráter de abrangência. (Santos, 1985). Ou seja, para um setor do Movimento, só poderiam ser considerados como tal aquelas organizações criadas após o advento da Frente Negra ( nos anos trinta) e que tem suas ações voltadas à luta contra o racismo.

Entendido desta forma, o movimento não incluiria, segundo Santos, as lutas ocorridas no período pré Abolição. A outra auto-definição do Movimento Negro incluiria “todas as entidades de qualquer natureza , e todas as ações de qualquer tempo ( aí compreendidas mesmo aquelas que visavam auto-defesa física e cultural do negros) “ ( Santos, 1985 : 287 ).

Os estudos sobre movimentos sociais na América Latina surgem numa conjuntura específica nos anos setenta a parear da escalada dos governos autoritários na região, segundo Cardoso ( 1987) A elaboração teórica surgida naquele período esgotou-se em si mesma, diante da contradição entre o que se esperava como reação do povo e o seu posicionamento diante do Estado. As teorias Marxistas , por si só não conseguiram explicar aquela realidade. Neste ambiente de ausência de paradigmas, prossegue Cardoso, os estudos de casos onde se pudesse avaliar a participação popular, passaram a ser preferidos . Tal mudança interferiu diretamente na construção da noção de movimentos sociais urbanos. Haveria então, uma linha comum entre os autores que os caracterizavam, ressaltando três aspectos principais. O primeiro seria a sua independência em relação aos partidos e sindicatos. Desta forma, eles passam a ser considerados novos , quando comparados com os seus antecessores. A segunda característica é a sua posição de desafio ao Estado e por último são vistos como “transformadores de uma estrutura de dominação” ( Cardoso, 1987 : 29).

Uma leitura apressada da história que não percebe uma tradição de participação popular na América Latina , além da pecha de ausência de espontaneidade de manifestação política das camadas populares segundo Cardoso, é que dão lugar à nomenclatura de “novos”. O fator que contribui para a definição de “novidade” atribuída aos movimentos sociais é o contraste que se estabelece ao compará-los com movimentos de períodos anteriores. Assim , continua a autora, este método impede uma definição , produzindo apenas a classificação “antigo” e “novo”.

O segundo ponto sobre a forma como são construídos os movimentos sociais urbanos , nos estudos sobre o tema, é a sua caracterização de estarem em constante desafio diante do Estado. Para Cardoso, duas são as razões pelas quais estes estudos possuem estas

características devido principalmente ao momento histórico em que surgiram. Ou seja, a reestruturação dos esquemas marxistas ( na teoria e na política) e a reflexão inicial sobre movimentos urbanos, surgidos na Europa, teriam influenciado diretamente os estudos na América Latina. Esta transplantação teórica sob a contradição capital-trabalho aplicadas à América Latina sem uma análise mais acurada teve como consequência - num primeiro momento - a exclusão, da designação de movimentos sociais, de todas aquelas lutas que não estivessem dialogando diretamente com o estado. De acordo com esta visão “as lutas feministas, anti-racistas e ecológicas ou de defesa do patrimônio urbano” (Cardoso, 1987: 30) não seriam vistos como movimentos sociais.

Assim, embora escrevendo em momentos sócio- históricos diversos, talvez pudéssemos à luz de Cardoso reler as classificações de movimentos negros dadas por Costa Pinto e Rufino. A divisão em “tradicionais” e de “novo tipo” proposta por Costa Pinto, o faz incluir, na segunda categoria, apenas aqueles grupos que tenham em seu conjunto de atividades o enfrentamento da sociedade brasileira no que diz respeito a quebrar o pacto de silêncio diante das discriminações raciais sofridas pelos negros, nos anos cinquenta, onde reiteradamente repetia-se, no senso comum e nas cátedras científicas que éramos um povo cordial incapaz de discriminar. As “tradicionais”, por seu turno, seriam capazes de proporcionar, quase ou nenhum tipo de mudança. A divisão das entidades negras em tradicionais e de novo tipo, levam o autor a considerar como vínculo de transformação apenas as organizações que desafiavam o status quo (Pinto, 1952) e por conseguinte, discutiam abertamente sobre a situação de exclusão do negro na sociedade brasileira, além de apontarem soluções coletivas para uma valorização do negro como cidadão. Assim, Costa Pinto considera como organização “verdadeiramente” negra no DF dos anos cinquenta o Teatro Experimental do negro e deixa de fora toda uma plêiade de grupos reivindicativos surgidos naquele momento, como procuraremos demonstrar no tópico seguinte.

Santos (1985) por sua vez, muito mais do que definir o movimento, fala das “controvérsias no seu interior”, onde os ativistas o dividiriam em movimento negro abrangente e um outro que seria o seu oposto. Note-se que Rufino está escrevendo no momento mesmo em que aquelas influências apontadas por Cardoso estavam se operando nos

estudos acadêmicos e nos movimentos sociais. Ou seja, estariam os ativistas do movimento negro influenciados pelas classificações de movimentos sociais urbanos correntes na época? Colocados nesta chave de análise se poderia entender o ponto de partida daqueles para os quais movimento negro seria apenas aquele surgido a partir dos anos setenta, uma vez conteriam em si os elementos necessários a serem classificados como tal, já que questionavam diretamente o estado, demandando mudanças estruturais a fim de eliminar as desigualdades raciais e sociais. Assim, ao olhar daqueles ativistas para os seus antecessores, talvez estivesse balizado pelas categorias de um movimento social do seu tempo, onde novo velho se antepunham enquanto classificação imediata. O que dava margem para que os clubes negros ou mesmo os capoeiristas da virada do século, não fossem vistos como movimento negro.

Assim, movimentos sociais urbanos seriam aqueles localizados na seara das reivindicações das classes populares. Os demais, oriundos e desenvolvidos por uma “mobilização interclassista” receberiam outra denominação. Os “verdadeiros” movimentos sociais seriam aqueles que representassem uma manifestação da classe operária e, como tal, inspiravam a esperança de “transformação da sociedade, através da luta contra o estado. Estado este, inspirado num modelo europeu.

Cardoso fala de uma quase perplexidade dos teóricos nos anos setenta ao observarem a organização popular na América Latina e atribui a isso um desconhecimento da história organizativa destas classes em décadas anteriores. Talvez, pudéssemos arriscar perceber o mesmo fenômeno nos estudos de Costa Pinto, ao estabelecer como “tipo ideal” de negro organizado aquele residente nas cidades, freqüentador de bancos escolares e em ascensão social. A partir desta teoria, as lutas dos sindicatos dos trabalhadores nos anos dez, ou mesmo aqueles anteriores à abolição não seriam fruto de “uma tomada de consciência” (Pinto, 1952), nem nos estudos de Costa Pinto, nem naquelas setores do movimento negro que segundo Santos, considerariam como transformadoras, apenas as estratégias havidas após os anos setenta. Tais análises, eivadas de uma noção evolucionista, deixam de dar espaço aos diferentes processos de negociação com o estado, adotados por diferentes grupos, permitindo uma construção homogeneizada e homogeneizante sobre eles.

## AS ORGANIZAÇÕES NEGRAS APÓS O ESTADO NOVO

A partir do final da década de quarenta, o cenário nacional é marcado por uma urbanização e uma industrialização crescentes. As reações imediatas da sociedade conservadora, com suas freqüentes demonstrações de racismo, agilizaram o discurso e a atuação das organizações negras. Faz-se necessário situar que aqueles eram anos de conflitos raciais no EUA, os países africanos davam os primeiros passos rumo à independência e o fantasma do racismo e da discriminação racial rondava o mundo do pós-guerra. O Brasil do nacionalismo e da escalada crescente para a modernidade se sobressaía como o lugar da paz racial possível. Exemplo disto é a realização aqui, dos estudos UNESCO nos anos cinqüenta.

Paralelo a isso, o término da ditadura varguista deu lugar à diversas manifestações de democracia, permitindo que algumas das organizações negras, que se mantiveram ativas, durante o Estado Novo, se reorganizassem e várias outras fossem criadas. Moura aponta que a partir de quarenta e cinco ocorre um Renascimento Negro (Moura, 1989), com o surgimento de grupos de discussão e ação contra a discriminação racial e o racismo e pelo "alevantamento moral da gente negra" que pode ser traduzido como medidas que objetivavam a ascensão social dos negros brasileiros. Ancoradas na esteira da democratização por que passava o país, surgem novas organizações negras. Havia um sentimento de euforia e realização coletiva expandido pelo território nacional. Desta forma, o ambiente cultural propiciado pela nova democracia e a insatisfação diante das barreiras raciais impostas aos negros, principalmente no mercado de trabalho, oportunizaram um lugar para a realização de eventos que davam visibilidade à uma luta gestada desde séculos anteriores. Assim, os anos quarenta e cinco marcaram a realização da Convenção Nacional do Negro em novembro em São Paulo que objetivava preparar uma plataforma de ação para a constituinte que se avizinhava. Na década seguinte, foram realizados sob os auspícios do TEN (Teatro Experimental do Negro) a Conferência Nacional do Negro Brasileiro, o Primeiro Congresso do Negro Brasileiro e foi constituído o Conselho Nacional de Mulheres Negras. O Rio de Janeiro, por sua face cosmopolita, em virtude de ser Capital Federal, se transformava em berço de importantes organizações, entre as quais podemos citar : o Grupo de Afomé Associação Recreativa Filhos

de Gandhi, o Teatro Experimental do Negro (TEN) , a União dos Homens de Cor (UHC) , a União Cultural do Homens de Côr o Teatro Popular Brasileiro (TPB), o Renascença Clube e a Orquestra Afro Brasileira , composta por dezoito músicos. Solidificava-se naquele momento uma imprensa negra na cidade, onde os jornais O Quilombo, o Redenção e o Voz da Negritude eram os principais representantes.

A cidade de São Paulo, que nos anos trinta já testemunhara a vibrante atuação da Frente Negra Brasileira, via agora ser criada a Cruzada Social e Cultural do Prêto Brasileiro e jornais como o Alvorada, a Revista Senzala, o Niger, o Novo Horizonte, o Mundo Novo e muitos clubes sociais que se espalhavam pelo interior do estado. Mais ao Sul, em Santa Catarina, ensaiou -se a criação de uma sucursal do TEN, além da UHC. Porto Alegre registrava, nesse mesmo período, o Centro Literário de Estudos Afro Brasileiros e os clubes Satélite Prontidão, recém inaugurado e, desde o século anterior, o Clube Floresta Aurora. Salvador viu nascer em quarenta e seis a Campanha Pi Racial.

Não é nosso objetivo esgotar aqui a citação de todos as organizações negras daquele período, até porque pesquisas mais ampliadas para este fim, estão por ser feitas. Nosso intento é apenas dar uma idéia da grande movimentação no Brasil, em torno da denúncia e desmantelamento do racismo e da discriminação racial. Neste sentido, o documento final do I Congresso do Negro Brasileiro (São Paulo) em 1950 apontava para criação de uma Confederação Nacional de Entidades Negras ( Costa Pinto, 1952). Independente do fato de haver ou não sido criada aquela confederação, sua mera citação já dá mostras da existência de uma rede de grupos, por todo o território brasileiro, que pudesse vir a sustentá-la.

Todo este cenário de redes, articulações e discussões em torno das relações entre negros e brancos no país, pulsantes a partir dos anos quarenta, podem ser percebidos através dos periódicos negros. Havia uma constante tensão entre a denúncia do racismo, a discriminação racial, a exclusão em que eram colocados os negros e a reiterada afirmação da especificidade racial do Brasil, no que tangia à miscibilidade cultural e racial garantidoras de paz entre negros e brancos. As declarações de diversos líderes negros eram entrecortadas por linhas que procuravam deixar claro a ausência de

práticas racistas, por parte delas. A razão deste cuidado, poderia ser justificada já que a primeira vista, seriam estes líderes os inauguradores de uma reflexão e uma práxis desnecessárias e perigosas para os destinos da nação onde todos eram iguais perante a lei dos homens e de Deus e onde o “amai -vos uns aos outros” era a tônica. Os diversos documentos e estatutos diziam estar abertos a “negros, brancos e pardos”, ressaltando o espírito “humano, democrático e universalista” das organizações negras que procuravam evitar represálias diante de suas demandas reivindicativas em favor dos negros nacionais. Observemos então, que não apenas nos documentos finais do I Congresso do Negro brasileiro (1950) este “espírito conciliador” , de que fala Abdias, podia ser encontrado. Ele era presente na gênese mesma dos diversos grupos , uma vez que constava do seu estatuto. Nossa proposta é de talvez esta fosse uma das estratégias possíveis , encontradas por aquelas lideranças negras.

### **UNIÃO DOS HOMENS DE COR - UHC**

Fundada em Porto Alegre em janeiro de 1943 pelo Dr. João Cabral Alves - segundo um dos periódicos da entidade, era proprietário de um escritório comercial proeminente - a UHC contava , cinco anos depois, com representação em pelo menos onze estados do país. Mesmo na Bahia - que segundo Thales de Azevedo (Azevedo, 1975), havia uma grande desconfiança, já que não havendo racismo , não haveria necessidade de um “movimento isolacionista”- foi estabelecida uma sucursal do grupo. A União dos Homens de Cor , UHC ou UAGACÊ, como costumava ser chamada, tinha como um dos seus objetivos, expressos no estatuto:

“elevar o nível econômico, e intelectual das pessoas de cor em todo o território nacional, para torná-las aptas a ingressarem na vida social e administrativa do país, em todos os setores de suas atividades”

A UHC constituía-se numa complexa e sofisticada estrutura organizativa. As diretorias estaduais dividiam-se nos cargos de presidente, secretário geral, tesoureiro, inspetor geral, chefe do departamento de saúde e conselheiros / diretores. O departamento de saúde e de educação, em alguns estados estavam sob a coordenação da mesma pessoa. A diretoria nacional, composta pelos fundadores,



possuía a mesma formação que as estaduais, diferenciando-se apenas, pela existência de um consultor jurídico. No Paraná, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro o grupo se sustentava numa rede articulada por chefes municipais da capital. Em 1948 a UHC do Paraná registrava vinte e seis zonas municipais da capital. Já no interior do estado, a rede se mantinha a partir de inspetorias regionais que concentravam chefias municipais da mesma região, num total de vinte e três cidades. A convenção anual era realizada a cada treze de maio na sede nacional em Porto Alegre, com a presença de representantes estaduais eleitos pelos chefes municipais, cuja relação de nomes deveria ser publicada com a devida antecedência.

A UHC valia-se da estrutura política já estabelecida nos locais em que estivesse presente. Assim, deputados, médicos, advogados, jornalistas e homens negros com visibilidade social e política eram membros da UHC e tinham na rede um sustentáculo político. Ou seja, fortaleciam-se politicamente, em suas regiões, por estarem ligados à uma conexão nacional de homens negros com destacada atuação social e política nas suas regiões. Ao mesmo tempo, auxiliavam a UAGACÊ na expansão dos seus tentáculos que se espraiavam a nível nacional nas capitais, mas, também e sobretudo nos municípios de cada estado, sob a orientação de uma direção estadual. O Nosso Jornal, seu informativo e órgão de difusão, podia ser impresso e reproduzido em cada município, desde que em articulação com a coordenação geral do seu estado. Como resultado, a rede era estruturada a partir de um presidência central, tornava-se autônoma e mais ágil no alcance de seus objetivos. Dentre as atividades desenvolvidas estavam as campanhas educacionais, cuja meta principal era a integração do negro na sociedade através da ascensão social e intelectual, permitindo sua inclusão.

“A UHC tem por finalidades manter moços e moças em cursos superiores, concedendo-lhes roupa, alimentação etc. para que possam concluir os estudos ... E ampla campanha de alfabetização, de forma que, dentro de 10 anos não exista um único homem de côr que não saiba ler”.

(João C. Alves. Jornal Quilombo. Dezembro 1948 Ano I N. 1 : 3)

Note-se que a educação formal e a preparação profissional foram sempre perseguidos pelos negros organizados, em diferentes épocas.

A Frente Negra Brasileira em São Paulo, nos anos trinta, constituiu extensas turmas de alfabetização. Os diretores fundadores do Renascença Clube do Rio de Janeiro (nos anos cinquenta ) chegavam mesmo a comprar livros para os alunos em dificuldades. O TEN criou escolas de atores e aulas de alfabetização. A União Cultural dos Homens de Côr do DF constituiu diversos cursos de corte e costura para empregadas domésticas. A ideologia liberal de mobilidade, ascensão e inclusão social através dos bancos escolares era perseguida por aquele grupo de emergentes. A Uagacê dedicou-se à atender aos problemas mais imediatos e visíveis ligados às mudanças sociais e educacionais para os negros no geral e para aqueles associados a ela. Desta forma, o direito à moradia, também como estratégia de inclusão e ascensão social, era parte dos objetivos da entidade.

A saúde era outra de suas metas. Desenhava-se um modelo de previdência privada, através da “Assistência médica a todos os membros da União”, a serem atendidos por profissionais especializados pertencentes à sociedade UHC, onde em cada município deveria haver um médico ou cirurgião dentista voltados aos membros da entidade. O estatuto, no entanto deixa claro que estes voluntários, deveriam “perceber honorários correspondentes aos serviços prestados”.

O capítulo do estatuto geral que deveria ser aplicado por todos os ligados à UAGACÊ, a nível nacional, refere-se à “finalidades assistenciais tais como um programa pré eleitoral de partido político”, que foi desenvolvido em muitas localidades. O presidente da UHC do DF, por exemplo, foi eleito deputado estadual em 1950.

Assim, presentes na educação, na saúde e na política institucionalizada, acreditavam os da UHC que estariam abrindo caminho para o “alevantamento moral das pessoas de côr”. A assistência social era, então, o caminho mais imediato para se conseguir este objetivo. Em muitos eventos, a UHC aproximava-se do perfil das antigas irmandades religiosas ao organizar caravanas de doação de roupas, alimentos e medicamentos aos pobres.

**ULTRAPASSANDO AS CARAVANAS ASSISTENCIAIS:  
ESTRATÉGIAS POLÍTICAS**

À primeira leitura do estatuto da UHC, pode-se pensar que sua tarefa fosse apenas de assistência social ou de simples iniciativas de “estratégias integracionistas e assimilacionistas” ( Santos, 1986: 289). No entanto, uma observação mais atenta sobre suas iniciativas, poderia deixar transparecer uma maior abrangência de ações. Chegando seus líderes, algumas vezes, a sugerir uma possível crítica ao sistema, sem contudo reivindicar uma postura de confronto com o estado ou seus representantes. Uma das estratégias adotadas era organizar-se a partir do estabelecimento de parcerias e alianças com personalidades e autoridades locais , não negras, que se mostravam sensíveis à uma cruzada anti racista no país. A UHC do DF realizou uma homenagem por ocasião do centenário de José do Patrocínio, para qual afluíram importantes lideranças locais, da cidade de Campos ( RJ) , em 1949. A atividade, foi possível devido ao concurso de um deputado estadual, cujo projeto teria permitido a realização da homenagem.

Os líderes demonstravam estar atualizados com o fluxo de discussões acadêmicas e científicas da época, através das reflexões pioneiras que provocavam. Um de seus jornais, publicados em Santa Catarina, em cinquenta, estampa uma frase da autoria de Donald Pierson. Outro exemplo, neste sentido, é um trecho do discurso, pronunciado durante as festividades do centenário de José do Patrocínio (1949), pelo segundo homem na hierarquia da entidade no DF:

“Nós da União dos Homens de Côr temos sido combatidos no nosso sonho humanístico de vermos os pretos e pardos do Brasil dignificados pela cultura, educação e moral... Uns nos combatem por não saberem dos nossos reais intuitos, outros fazem isto por adotarem as idéias de Gobineau um dos pais do racismo”.

O tom quase intimista com que Gobineau é citado, nos permite pensar que as teses científicas transpunham-se dos compêndios acadêmicos e eram lidas pelas lideranças negras da época. Não por acaso, neste sentido, Gilberto Freire era colunista habitual nos periódicos da comunidade negra do Rio de Janeiro e São Paulo. Esta atualidade sobre as idéias concedêneas do mundo e na ausência de maiores instrumentos legais aos quais se referir - a Lei Afonso Arinos ainda não havia sido sancionada - a Declaração Universal do Direitos

Humanos, recém publicada, pela ONU, passou a servir de parâmetro a subsidiar aquela rede.

Outra estratégia adotada era - tendo como um de seus objetivos o "combate a todo tipo de discriminação racial" ( estrato do estatuto ) - promover movimentos de pressão que davam visibilidade e serviam como denúncia pública de situações de racismo e discriminação racial, como informava José Bernardo da Silva, presidente da UHC do DF , nos anos sessenta.

"Assim que Getúlio Vargas fôra eleito Presidente da República, estivemos com Sua Excelência expondo-lhe as aspirações da UHC e pedindo o seu apoio. Queríamos que Vargas nos facilitasse os meios necessários para fundarmos escolas até mesmo profissionais e órgãos assistenciais em benefício dos pretos e pardos atirados à margem da sociedade e sofrendo mais que os brancos... Nada de positivo resultou dessa entrevista. A documentação que entregamos, ao então presidente da República não sabemos que destino tomou".

A União dos Homens de Cor ( UHC) do DF coordenada por José Bernardo da Silva e Jovino Severino de Mello, foi fundada em 1949. Costa Pinto refere-se à visita feita por Joviano José de Melo à uma firma norte americana em companhia da imprensa. O objetivo era exigir um ato de desagravo por parte de do gerente que negara emprego à uma mulher negra. (Pinto, 1952). O racismo brasileiro acabava sendo visibilizado a nível intenacional, a partir da participação da UHC no Conselho das Organizações Não Governamentais, pertencente ao escritório da UNESCO no RJ. Outra ação de pressão foi a campanha de inclusão de negros nas propagandas oficiais.

## **CONCLUSÃO**

O novo momento político e econômico da redemocratização após a ditadura Vargas, estimulou o aparecimento de manifestações negras de diversas naturezas. O movimento social dos negros estava, então, em constante interlocução com os mecanismos estabelecidos pela sociedade buscando influencia-la e sendo por ela influenciado. A criação e a expansão, da UHC foi precipitada por dois fatores principais: uma a discrepância entre a identidade atribuída aos negros,

que se recusava a ver a sua crescente ascensão social e cultural, acabando por criar barreiras sócio - estruturais para a sua inclusão social. Depois o surgimento de diversas formas organizativas que permitiam aos negros buscarem entre os seus iguais aglutinarem-se em torno de questões com as quais se identificavam. O terceiro fator repousa na influência da circulação de idéias no mundo, onde o retorno da racialização , preocupava a todos. Era a luta contra o racismo empreendida a nível mundial dentro do espírito político e ideológico do pós guerra, onde os documentos da ONU, criados para este fim, ajudavam a estabelecer bases e critérios para uma cruzada anti racista.

Neste ambiente, ao longo de sua trajetória, que se expandiu nos pós - guerra e de estabeleceu nos anos cinqüenta, a UHC buscava reconhecimento, para os negros no âmbito do estado nação brasileiro. Se considerarmos que pautado no discurso liberal e universalista, o nacionalismo tenda a estimular a negação das diferenças (Anderson, 1994/ Machos, 1969), o estado brasileiro era em sua formação excludente e discriminador. Então, a UHC e muitos dos grupos seus contemporâneos, mais do que tratar de inclusão e ascensão social, buscavam a inclusão dos negros no projeto nação brasileiro. A luta era contra o estado, na sua forma racializada.

Em última análise, embora não afirmasse em seus documentos, suas ações buscavam inserí-los no estado nação, a partir da participação igualitária nas instâncias de poder nacionais. Assim, a retórica do país da ausência de discriminação racial era implodida em vários pontos do país, pela geração de mulheres e homens negros dos anos quarenta e cinqüenta, onde a UHC, com sua rede nacional ajudou a solidificar.

#### **BIBLIOGRAFIA :**

- • ANDERSON, Benedict, Imagined Communities. Lundu: Verso,1994
- • AZEVEDO, Thales de. Democracia Racial : ideologia e realidade. Petrópolis :Vozes, 1975
- • CARDOSO, Ruth Caria Leite. Movimentos Sociais na América Latina . Cadernos Cebrap. n. 3 São Paulo, 1987

- • HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade. Rio de Janeiro: DP&A, 1999
- • HANCHARD, Michael George. Orpheus and Power. The Movimento Negro of Rio de Janeiro and São Paulo, Brasil 1945-1988. Princeton, New Jersey. Princeton University Press. 1988
- • MAUSS, Marcel. Chá Nación. In: Oeuvres, v.3. Paris, Minuit, 1969
- • MENDES, Miriam Garcia . O Negro e o Teatro Brasileiro. São Paulo, Hucitec, 1993
- • MOURA, Clóvis. História do Negro brasileiro. São Paulo. Editora Ática, 1988
- • MOURA, Clóvis. Sociologia do Negro Brasileiro. São Paulo, Editora Ática, 1988.
- • NASCIMENTO, Abdias do . In: Teatro Negro no Brasil, uma experiência sócio-racial. Revista Civilização Brasileira, caderno especial, n.2, Rio de Janeiro, 1968
- • NASCIMENTO, Abdias do. O Negro Revoltado. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2.a ed, 1982
- • PEREIRA, Amaury Mendes. Emergência e Ruptura. Uma abordagem do Movimento Negro na Sociedade Brasileira. Tese submetida ao corpo docente do curso de Pós Graduação em História da África . CEEA - UCAM. 1988 ( Mimeo)
- • PINTO, L. A. Costa, "O negro no Rio de Janeiro" São Paulo: Cia Editora Nacional, 1952
- • SODRE, Muniz. Claros e escuros: identidade, povo e mídia no Brasil . Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1999.
- • SANTOS, Joel Rufino dos. O Movimento Negro e a Crise Brasileira. In: Revista de Política e Administração. Rio de Janeiro: 2 (2): 287 a 307. Jul. / set, 1985
- • Senzala: Revista mensal para o negro. Ano I n. 1 SP. Janeiro de 1946.

#### JORNAIS:

- • Alvorada . São Paulo, maio de 1945
- • Alvorada . São Paulo, setembro de 1946
- • Alvorada . São Paulo, janeiro de 1948
- • Novo Horizonte . São Paulo. Ano VIII n.65 - outubro de 1954
- • Nosso Jornal. Paraná . dezembro de 1950

- • Quilombo . RJ. Ano I - n. 4 - julho de 1949
- • Quilombo. RJ . Ano I N. 1 - Dezembro 1948

### **DADOS PESSOAIS:**

Joselina da Silva

Endereço: Rua Benjamin Constant 102 / 705 - Glória . RJ - CEP:  
20261 -000

Tel./ fax.: ( 21) 3852- 8358 ( res.) - ( 21) 2516 -2926 ( trab.)

E-mail: Joselina@candidomendes.edu.br e joselinajo@yahoo.com.br

### **FORMAÇÃO ACADÊMICA.**

1998 -2000 Mestre em Ciências Sociais - (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

2001 - ..... Doutoranda em Ciências Sociais – PPCIS - UERJ (Universidade do Estado do Rio de Janeiro)

### **ATIVIDADES ATUAIS:**

a) Profissionais: Pesquisadora do Centro de Estudos Afro Brasileiros - Universidade Cândido Mendes.

b) Pesquisas:

- Movimento Negro Histórias e Memórias
- A participação brasileira na III Conferência Mundial contra o Racismo, Xenofobia e Discriminação Racial.
- Movimentos Negros Brasil (Tese de Doutorado em andamento )
- Coordenadora Geral do Fórum Iniciativas - Negras Trocando Experiências